

Estudo Técnico Preliminar 4/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08410001510202206

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, carga horária de 12 x36, de forma a garantir a segurança das instalações da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI e assegurar a integridade física dos servidores e dos que eventualmente transitam nas instalações do Órgão, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição. Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional. "Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional". Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Órgão, conforme dispõe o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, necessários ao bom funcionamento da SR/PF/PI e DPF/PHB/PI, e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

Considerando que a contratação é imprescindível às atividades do órgão podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades nas unidades descentralizadas, caracteriza-se como serviço de natureza continuada.

Diante dos fatos apresentados, verifica-se a necessidade da contratação, considerando que os serviços pretendidos são necessários ao bom funcionamento da estrutura administrativa e fundamental ao desenvolvimento das atividades do Órgão e não possui correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal da Polícia Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
selog/sr/pf/pi	Fernando José Barbosa de Moura Castro
DPF/PHB/PI	Camilo Magalhães da Trindade
GESCON/SELOG/SR/PF/PI	Rannyelle Lopes Ferreira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços deverão ser prestados nas unidades sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI e sede da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI - DPF/PHB/PF na carga horária de 12x36 diurna e 12x36 noturna. Além disso, em conformidade com as especificações mínimas exigidas pela Contratante, descritas neste instrumento e no Termo de Referência.

A empresa contratada deverá ser especializada e certificada para a prestação dos serviços de vigilância com autorização para atuar no Piauí. A equipe deverá possuir a qualificação técnica para o exercício da atividade e respeitar os princípios de urbanidade mínimos para a atuação. Importante frisar que a contratação compreende a disponibilização da mão-de-obra (vigilantes), e o fornecimento de uniformes condizentes com a atividade e confeccionados em material de qualidade. Também faz-se necessário o fornecimento de materiais e equipamentos pertinentes e necessários à execução que serão especificados no Termo de Referência. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de atestados de capacidade técnica que

comproven o gerenciamento de serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, em acordo com o instrumento convocatório.

5. Levantamento de Mercado

A contratação presente neste Estudo Técnico trata-se de um Pregão Eletrônico tradicional nos termos da Lei nº 14.133/2021. Foram consideradas as contratações abaixo relacionadas, como parâmetro de construção dos critérios do Termo de Referência:

UASG 158146 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUÍ - PREGÃO 05/2023

UASG 200374 – SR/PF/MT - PREGÃO 03/2022

UASG 194045 – CR-MAD-FUNAI - PREGÃO 3/2022

Contudo, tendo em vista tratar-se de serviços com mão de obra exclusiva e que há CCT da categoria na região, os preços estimados foram levantados em planilha de custo e formação de preços, com utilização de todos os tributos e benefícios legais para a contratação.

Quanto ao sistema de postos diurnos e noturnos, pelas experiências anteriores e atuais, é o que atende a necessidade da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para o atendimento da necessidade da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuados de vigilância armada, diurna e noturna na carga horária de 12x36 de segunda a domingo, por Pregão Eletrônico. O processo licitatório em questão irá atender as unidades SR/PF/PI e DPF/PHB/PI. Deverá ser licitado como um grupo para cada unidade, que separadamente e realizará o acompanhamento dos serviços no local. Ressalta-se que a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do inc. XIII do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, tendo que seus padrões de desempenho e qualidade são definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, deverá ser observado a descrição, atribuições dos cargos, além dos equipamentos essenciais para a efetiva execução das atividades pertinentes, conforme citados abaixo: **Das Atribuições e da Qualificação dos profissionais:** A prestação dos serviços de vigilância prevista neste estudo segue o que determina o artigo VI da IN nº 05/2017, bem como em seu Anexo VI, e o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - CBO - nº 5173-30 (vigilante). Estes dispositivos envolvem a alocação de mão de obra capacitada por meio dos postos fixados pela SR/PF/PI e DPF/PHB/PI. Para o cargo de vigilante, com supervisão permanente, a qualificação mínima será: Ensino Fundamental, por instituição aprovada pelo MEC; 2. Curso de formação e/ou reciclagem de vigilantes, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83; 3. Não ter antecedente civil ou criminal registrado; 4. Autodomínio; e Iniciativa.

As atribuições para o cargo de vigilante compreenderão:

Prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e outras irregularidades, dentro do Órgão, em seus estacionamentos e áreas adjacentes.

Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das Leis e regulamentos.

Controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito.

Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar. Cumprir, com atendimento cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral, a programação dos serviços fixada pela Administração.

Observar, além do disposto neste documento, outras atividades e procedimentos definidos pela Administração em regulamentos internos.

Exercer vigilância em todas as áreas, nas dependências interna e externa, quando for o caso, com rondas de rotina programadas nas vias de acesso, garagem e pátios, de forma a adotar os cuidados e providências necessários para o desempenho das funções e manutenção da tranquilidade, e, em especial, os seguintes procedimentos:

Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes; Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da Contratante, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Material, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;

Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros as possíveis vítimas;

Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los a unidade competente, ao término do turno;

Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.

Manter afixado no posto de vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

Colaborar com as Polícias Civil e Militar do Estado, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, da melhor maneira possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

Permanecer em vigilância nos momentos de entradas e saídas de materiais pelo portão de carga e descarga, conferindo nas saídas a numeração do patrimônio, quando for o caso.

Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas.

Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros do Órgão.

Prestar auxílio ao pessoal da recepção.

Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas.

Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas.

Manter contato visual e/ou via rádio com os vigilantes dos demais postos e do estacionamento.

Manter sob vigilância e rigoroso controle os veículos oficiais e particulares que estiverem nas garagens e estacionamentos do Órgão, fiscalizando a entrada e saída e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar.

Controlar a entrada e saída de materiais e bens não patrimoniais e reter as autorizações para a saída de bens pertencentes ao acervo patrimonial da Contratante.

Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos, quando for o caso.

Impedir a entrada nas garagens e estacionamentos de veículos não autorizados.

Verificar quaisquer anormalidades com veículos, comunicando-as aos seus respectivos proprietários.

Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé, tomando as medidas necessárias para impedir que ilícitos sejam praticados.

Informar, imediatamente, à chefia de segurança e à central de rádio sobre quaisquer anormalidades ou irregularidades, inclusive de ordem funcional, que possa vir a representar risco às pessoas ou patrimônio, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

Atender com prontidão quaisquer determinações do Órgão.

Manter a guarda no posto.

Abordar e identificar elementos suspeitos, comunicando a chefia de segurança de plantão da Contratante.

Revezar e apoiar outros postos, assumindo os encargos pertinentes em cada posto.

Atender a FISCALIZAÇÃO da Contratante nas suas rondas e chamados via rádio.

Informar a chefia do serviço de plantão da Contratante qualquer alteração em seu posto.

Atender de imediato outras determinações do Órgão.

Registrar em livro de ocorrências os principais fatos relativos ao serviço.

Adotar medidas preventivas e repressivas diante de possíveis ataques aos servidores, funcionários e transeuntes que estiverem no Órgão, evitando exposição destes a situações de risco.

Apoiar, quando necessário, os demais agentes de segurança em situações relacionadas à segurança.

Estar apto a manejar e usar com eficiência armamento empregado na atividade especializada de segurança pessoal privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.

Colaborar, nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos.

Da Jornada de Trabalho e dos Locais de Execução dos Serviços:

Os serviços de vigilância, armada, diurna e noturna, serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis; por meio de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança; e rondas nas áreas internas e externas adjacentes da Unidade e pontos determinados pela contratante.

A contratada deverá obedecer aos normativos relativos ao intervalo intrajornada, bem como arcar com os eventuais custos decorrentes da ininterruptão dos serviços.

Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para o quantitativo de postos, considerou-se a contratação atual, conforme quadro abaixo, tendo em vista que este quantitativo atende de forma eficiente a segurança patrimonial do Órgão.

local	objeto	nº de postos	nº funcionários
Teresina/PI	Vigilância Patrimonial armada diurna 12x 36	2	4
Teresina/PI	Vigilância Patrimonial armada noturna 12x 36	3	6
Parnaíba/PI	Vigilância Patrimonial armada diurna 12x 36	1	2
Parnaíba/PI	Vigilância Patrimonial armada noturna 12x 36	2	4
Quantidade total		8	16

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.208.160,96

Para levantamento do custo estimado desta contratação foi elaborado a Planilha de custo Formação de Preços, anexo no SEI 27674353, observando, ainda, os índices estabelecidos pela Secretaria de Gestão (SEGES), por meio da Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, no Caderno de Logística disposto no comprasnet. O valor estimado para esta contratação é de R\$ 1.103.241,60 (Um milhão, cento e três mil duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), conforme quadro abaixo:

local	objeto	nº de postos	nº de funcionários	Vlr unitário /mês	vlr total do posto	vlr anual do posto
Teresina /PI	Vigilância Patrimonial armada diurna 12x36 de segunda a domingo	2	4	11.003,56	22.007,12	264.085,44
Teresina /PI	Vigilância Patrimonial armada noturna 12x36 de segunda a domingo	3	6	13.533,88	40.601,64	487.219,68
Parnaíba /PI	Vigilância Patrimonial armada diurna 12x36 de segunda a domingo	1	2	11.003,56	11.003,56	132.042,72
Parnaíba /PI	Vigilância Patrimonial armada noturna 12x36 de segunda a domingo	2	4	13.533,88	27.067,76	324.813,12
valor total mensal		8	16	R\$ 100.680,08		
valor anual Teresina				R\$ 751.305,12		
valor anual Parnaíba				R\$ 456.855,84		
valor total anual				R\$ 1.208.160,96		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

É viável o parcelamento em forma de grupos independentes, vez que os serviços serão prestados em unidades em diferentes localidades. Desse modo serão formados dois grupos cada um com dois itens. Obviamente que os licitantes deverão oferecer lances para o grupo que for do seu interesse.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que a contratação é imprescindível às atividades do órgão podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades nas unidades descentralizadas, caracteriza-se como serviço de natureza continuada, sempre licitado a cada período de cinco anos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços de vigilância patrimonial justificam-se para garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio da SR/PF/PI e a DPF/PHB/PI.

Informa-se ainda que existe disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos, por tratar-se de cargo extinto, nos termos do Decreto 9507/18; Anexo I, do Decreto 9632/98; e § 2º, Art. 7º, da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES /MPDG, e Portaria nº 443/MPDG, de 27 de dezembro de 2018. Assim os serviços a serem contratados constitui-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A presente aquisição faz parte das Contratações da UASG 200390 - SR/PF/PI no para o ano de 2022/2023 e está presente no Plano Anual de Contratações de 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os serviços de vigilância patrimonial justificam-se para garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio das unidades SR/PF/PI e DPF/PHB/PI. Informamos ainda que os serviços pretendidos se referem a cargos extintos, nos termos do Decreto 9507/18; Anexo I, do Decreto 9632/98; e § 2º, Art. 7º, da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, e Portaria nº 443/MPDG, de 27 de dezembro de 2018. Assim os serviços a serem contratados constitui-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Isto posto apresenta-se os benefícios a serem alcançados com a contratação.

Fornecimentos de um serviço de vigilância com melhor produtividade e agilidade no que tange a segurança das pessoas e patrimônio, com benefícios indiretos sendo a maior satisfação dos usuários;

Celeridade, de forma especializada, da execução de atividades meramente rotineiras, tendo como benefício indireto, o usuários com melhor capacidade laborativa;

Continuidade dos serviços prestados atualmente.

13. Providências a serem Adotadas

Em relação ao ambiente físico não há nenhuma necessidade de adequações para início das atividades desta tipologia de serviços. Contudo, faz-se necessário criar um cronograma de atividades, conforme descrito no quadro abaixo, para especificar cada tarefa que se faz necessária antes de dar início ao desempenho das atividades pela contratada, com o objetivo de regularizar a situação da empresa vencedora do certame, e apresentá-la para a equipe com a qual ela trabalhará durante a vigência contratual.

Cronograma de Atividades: Estabelecer data da assinatura do contrato Reunião com a empresa vencedora com participação do Gestor do Contrato, fiscais e Responsáveis da Contratada.

Início de contrato Reunião com os terceirizados Auditório da unidade sede, com a participação do Gestor do Contrato, fiscais e Responsáveis da Contratada e funcionários.

Dentre outra providência, destaca-se as de maior relevância: A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato: Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual; Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação; Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA; Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual, com acompanhamento rigoroso das ações previstas no Termo de Referência com vistas na qualidade da prestação dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Visto que o objeto a ser contratado é composto pela prestação de serviços e, a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destaca-se o Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, bem como o decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM INCLUÍDOS DENTRE AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO: Por se tratar de uma contratação exclusiva de prestação de serviços, este objeto deverá estar alinhado com o projeto de sustentabilidade que visa promover ações com o foco ambiental, econômico e social, e com seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que visa reduzir a geração de resíduos por meio das ações as quais devem fazer parte do cotidiano de todos.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM INCLUÍDOS COMO OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA : Por se tratar de uma contratação de prestação de serviços exclusiva, os critérios de prática de sustentabilidade deverão estar alinhados com os projetos de Sustentabilidade e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Além disso, deverão ser estimuladas as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautados nos seguintes pressupostos e exigências: fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e

mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

O Supervisor de Vigilância da Contratada deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da CONTRATADA;

Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas; e repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio. A CONTRATADA deverá orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela CONTRATANTE.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os elementos obtidos neste Estudo Preliminar realizados com a escolha da solução por Posto de Trabalho, por ter-se mostrado uma prática comum na contratação pelos órgãos públicos, além de ter-se mostrado eficaz no que tange a segurança de pessoas e do patrimônio público, e esta solução será baseada em definições de produtividade, objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultado. Diante do explanado esta equipe avalia como VIÁVEL a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA SR/PF/PI Nº 195, DE 2 DE JUNHO DE 2022

FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE MOURA CASTRO

Membro de banca avaliadora

Despacho: PORTARIA SR/PF/PI Nº 195, DE 2 DE JUNHO DE 2022

CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE

Membro de banca avaliadora

Despacho: PORTARIA SR/PF/PI Nº 195, DE 2 DE JUNHO DE 2022

RANNYELLE LOPES FERREIRA

Membro de banca avaliadora

